

Autoexpatriação: uma compreensão à luz dos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização

Vanessa Amaral Prestes (UFRGS) - vanessa.amaral.prestes@gmail.com

Carmem Ligia Iochins Grisci (UFRGS) - cligrisci@ea.ufrgs.br

Resumo:

O presente estudo argumentou que a experiência de autoexpatriação poderá vir a ser melhor compreendida tendo como suporte os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização conforme apresentados por Deleuze e Guattari (1997) e Guattari e Rolnik (1996). Considera-se que estudos sobre trabalho e subjetividade podem ser enriquecidos a partir da compreensão da autoexpatriação à luz de tais movimentos. Uma vez que a literatura mainstream na Administração estaria mais direcionada para a mobilidade laboral e geográfica, pensar sobre os desejos, os corpos, a arte, a criação e a produção de subjetividade amplia o pensamento acerca do trabalho e abre espaço para reconstruí-lo por meio dessas referências. Tomou-se a territorialização, desterritorialização e a reterritorialização como processos concomitantes e fundamentais para compreender as implicações da mobilidade internacional para os indivíduos autoexpatriados. Os seus componentes, suas intensidades, seus agenciamentos, e suas possibilidades, como dizem Deleuze e Guattari (1992; 1997) despontam como continuidade de pesquisa e avanço na literatura encontrada sobre autoexpatriação.

Palavras-chave: Autoexpatriação; Territorialização; Desterritorialização;
Reterritorialização

Área temática: GT-01 Organizações e Interculturalidade

Autoexpatriação: uma compreensão à luz dos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização

1 Introdução

A mobilidade internacional de pessoas tem sido objeto de diversos estudos, tanto em âmbito nacional como internacional. Grande parte das discussões volta-se, entretanto, à expatriação, termo relativo ao envio de indivíduos por uma organização, para trabalhar em outro país (BLACK et al., 1991; BLACK; GREGERSEN, 2011; CALIGIURI, 2000; CERDIN, 2011; DAVOINE; RAVASI; CUDRÉ-MAUROUX, 2011; CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010; JOLY, 1996; JUNG et al., 1997; MACHADO; HERNANDES, 2004; McCALL; HOLLENBECK, 2003; NUNES; VASCONCELOS; JAUSSAUD, 2008; PEREIRA; PIMENTEL; KATO, 2005; SCHAFFER et al., 2006). Constatou-se que tais estudos não enfatizam particularidades, como as que dizem respeito a autoexpatriados.

São escassos os estudos voltados para indivíduos que viajam ao exterior por iniciativa e conta própria, os autoexpatriados (NARDI, 2015), ou *self-initiated expatriates*, como são chamados em grande parte da literatura internacional (AL ARISS; CROWNLEY-HENRY, 2013; CAO; HIRSCHI; DELLER, 2013; CERDIN; PARGNEUX, 2010; DOHERTY; RICHARDSON, THORN, 2013; MCKENNA; RICHARDSON, 2007; MYERS; PRINGLE, 2005; SUUTARI; BREWSTER, 2001).

No Brasil, o termo autoexpatriação ainda é pouco difundido e, após buscas em bases acadêmicas nacionais, identificaram-se terminologias como “profissionais sem fronteiras”, adotada por Nardi e Becker (2014); “experiência internacional auto iniciada”, assumida por Sarfati e Ferlim (2014); ou “expatriação voluntária”, mencionada por Araujo et al. (2012), embora todas remetam a um significado igual ou muito próximo à compreensão de autoexpatriação proposta por Nardi (2015). Tal constatação suscita indagações e leva a imaginar que diferentes nomenclaturas têm sido adotadas para abordar um mesmo fenômeno.

Depreende-se, portanto, que o fenômeno de autoexpatriação abre espaço para diferentes interpretações e, com base nos estudos anteriormente citados, poderia abranger tanto viagens em busca de trabalho, à particularidade de profissões que exigem a autoexpatriação, os intercâmbios estudantis ou, até mesmo, a busca por experiências internacionais, desobrigando a necessidade de o indivíduo ter um objetivo definido de antemão.

Ainda que estudos mencionem as diferentes configurações da autoexpatriação, permanece desconhecido um conceito que englobe as várias possibilidades existentes. Grande parte dos estudos encontrados focaliza a diferenciação entre expatriado e autoexpatriado, ou analisa uma configuração específica desses profissionais. Com isso, permanecem lacunas referentes à observação e compreensão da autoexpatriação e da vida de autoexpatriados. Quais as diferentes formas de autoexpatriação? Quem são os protagonistas da autoexpatriação? Em que implica a autoexpatriação à vida dos indivíduos antes da ida e após o retorno?

O presente estudo argumenta que a experiência de autoexpatriação poderá vir a ser melhor compreendida tendo como suporte os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização conforme apresentados por Deleuze e Guattari (1997) e Guattari e Rolnik (1996).

Os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dizem respeito aos movimentos pelos quais os indivíduos abandonam territórios e pelos quais retomam os territórios abandonados (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Admite-se, portanto, que “a espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido que seus territórios ‘originais’ se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323), fato que está intimamente relacionado à particularidade da autoexpatriação. Além disso, considera-se que é na sociedade líquido-moderna, aquela que impulsiona os indivíduos a colocarem-se em um movimento que desconsidera fronteiras (BAUMAN, 2007), que acontecem os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

O presente artigo alinha-se aos esforços de difusão de avanços teóricos relativos à mobilidade internacional e, propõe-se a ampliar a compreensão da autoexpatriação. Em termos específicos, na sequência a discussão privilegiará a autoexpatriação na perspectiva encontrada na literatura de âmbito nacional e internacional, e os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização na perspectiva da sociedade líquido-moderna. Ao final, apresenta-se uma proposição de compreensão da autoexpatriação à luz dos conceitos de Deleuze e Guattari (1997).

2 Discussão Teórica

2.1 Autoexpatriação: a perspectiva da literatura

Em estudo sobre mobilidade internacional, Freitas (2009) relatou que o mercado de trabalho sem fronteiras que antes era limitado a alguns profissionais como militares, missionários e diplomatas, hoje abrange diferentes profissões que fazem do mundo o seu local de trabalho. No Brasil, a chance de trabalhar no exterior, principalmente em países considerados como de primeiro mundo, é concebida “como um prêmio, uma distinção, um luxo, um *up grade* na vida ou uma grande sorte que depende apenas do indivíduo para ser bem sucedida” (FREITAS, 2009, p. 254). Segundo a autora, uma grande variedade de pessoas vivencia e valoriza a experiência do trabalho em outros países, como por exemplo, profissionais que trabalham com arte, gastronomia, jornalismo, esportes, com projetos sociais de voluntariado etc.

Existe um verdadeiro desejo de evadir-se, uma espécie de “pulsão migratória” incitando o indivíduo a mudar de lugar, de hábitos, de parceiros, para realizar as múltiplas facetas de sua personalidade. A confrontação com o exterior, com o estrangeiro e o estranho, permitirá ao indivíduo viver esta pluralidade estrutural adormecida em cada um de nós. Quanto mais se criam controles, mais se reforçam os desejos de escapar à esclerose das instituições. O passaporte (passa a porta) é cada vez mais o documento de identidade por excelência (FREITAS, 2009, p. 259).

Caligiuri (2000) considerou o processo de expatriação “tradicional” – aquele direcionado aos expatriados organizacionais, com uma missão predefinida a cumprir, com contrato firmado e prazo de retorno estipulado. Esse processo, cabe considerar, não alcança todas as possibilidades de mobilidade que fazem parte da movimentação de pessoas em contexto internacional.

Rego e Cunha (2009) afirmam haver interesse crescente pela construção de carreira em âmbito internacional, independentemente de os indivíduos estarem ou não vinculados a uma organização. Atento a isso, e considerando que “indivíduos viajando para o exterior em busca do próprio trabalho é um fenômeno generalizado” (SUUTARI; BREWSTER, 2001, p. 417), o presente estudo toma a particularidade da autoexpatriação.

A autoexpatriação diz respeito a “indivíduos que optam por ir para o estrangeiro por conta própria para buscarem oportunidades de trabalho, sem serem enviados por organizações de seus países de origem”, dizem Cerdin e Pargneux (2010, p. 288, tradução nossa). Nessa perspectiva, autoexpatriados teriam liberdade para definirem seus próprios roteiros, países de destino, bem como o tempo de duração de suas estadias no exterior (AL ARISS; CROWNLEY-HENRY, 2013; CAO; HIRSCHI; DELLER, 2013; CERDIN; PARGNEUX, 2010; DOHERTY; RICHARDSON, THORN, 2013; MCKENNA; RICHARDSON, 2007; MYERS; PRINGLE, 2005; NARDI, 2015; SUUTARI; BREWSTER, 2001). Entretanto, Cao,

Hirschi e Deller (2013) reforçaram a necessidade de estudos empíricos relativos à autoexpatriação, especialmente pela gama de definições e terminologias utilizadas que podem suscitar dúvidas.

Em seus estudos, Inkson et al. (1997) denominaram essa busca individual como “*overseas experience*”, ou, experiência além-mar. Entretanto, tal denominação pode limitar a compreensão da autoexpatriação, uma vez que a mudança de país não implica necessariamente em uma travessia marítima, a exemplo das realidades vivenciadas na Europa e na América do Sul, conforme esclarecem Doherty, Richardson e Thorn (2013).

Em busca de clarificar as diferentes denominações atribuídas ao fenômeno, Doherty, Richardson e Thorn (2013) consideraram que a compreensão de autoexpatriação se aproxima da compreensão de imigração. Segundo eles, ao passo que autoexpatriados são aqueles que residem temporariamente em um país diferente do seu de origem, imigrantes viveriam em uma base permanente em outro país e viajariam por necessidade de sobrevivência ou exclusão.

Outros autores, como Al Ariss e Crowley-Henry (2013) ponderaram acerca dos entendimentos de autoexpatriação e migração. Segundo eles, a literatura sobre o tema contrasta a posição de autoexpatriados com a de imigrantes em países desenvolvidos. Dizem eles que “esta distinção terminológica trata de replicar e sustentar uma imagem estereotipada dos migrantes que têm menos vantagem em termos de seu país de origem e origens étnicas” (AL ARISS; CROWLEY-HENRY, 2013, p. 80, tradução nossa). Assim, estudos sobre autoexpatriados abordariam a mobilidade entre cidadãos europeus, norte-americanos, canadenses, australianos e estariam menos direcionados para as minorias étnicas. Além disso, concentram-se mais em profissões organizacionais, relativas à gestão, enquanto outras permanecem inexploradas.

A exemplo disso, autores como Araujo et al. (2012, p. 557) consideraram que a distinção entre autoexpatriado e imigrante está pautada pela “qualificação profissional – e não pelo grau de desenvolvimento econômico do país de origem em relação ao de destino”. Assim, os autoexpatriados – ou “expatriados voluntários”, conforme denominação adotada – são diferenciados dos imigrantes por conta de suas supostas qualificações profissionais superiores (ARAUJO et al., 2012). Com base nesse entendimento, os autores objetivaram diferenciar expatriados e autoexpatriados em termos conceituais e empíricos, e, para tanto, entrevistaram trabalhadores com “perfil profissional executivo”. Depreende-se, dessa forma, que o conceito de autoexpatriação adotado por Araujo et al. (2012) pode ser limitado e, de certa forma, elitista, dada sua restrita abrangência. Al Ariss e Özbilgin (2010) afirmam que a

literatura sobre imigração está mais voltada para questões macroeconômicas do que para motivações individuais de mobilidade internacional, tema discutido no que diz respeito à autoexpatriação.

Estudiosos como Inkson et al. (1997) e Cerdin e Pargneux (2010) dedicaram-se, embora com diferentes propósitos, à análise de diferenças e semelhanças entre expatriados e autoexpatriados. Inkson et al. (1997), considerados como precursores no estudo de autoexpatriados, expuseram as principais discrepâncias entre as experiências vivenciadas por expatriados organizacionais e jovens australianos e neozelandeses que optaram, voluntária e temporariamente, por deixarem seus países em busca de trabalho no exterior. As principais questões analisadas são relativas ao suporte organizacional; à fonte dos recursos financeiros; e aos motivos que levam expatriados e autoexpatriados a assumirem uma carreira em âmbito internacional. Os autores compreenderam os autoexpatriados como um grupo diversificado de indivíduos que buscam experiência internacional, tendo como principais motivações os relacionamentos afetivos, as escassas oportunidades de trabalho no país de origem ou o desejo por viajar.

Por sua vez, Cerdin e Pargneux (2010), ao analisarem a orientação de carreira de expatriados e autoexpatriados, não encontraram diferenças significativas entre as motivações que direcionaram esses trabalhadores à mobilidade internacional. Para os autores, são semelhantes as motivações que levam expatriados e autoexpatriados a assumirem experiências internacionais. Essas dizem respeito, em especial, ao desejo por explorarem novos países e vivenciarem diferentes culturas, e à valorização atribuída à experiência de expatriação com relação à carreira. No entanto, segundo os autores, o autoexpatriado assume maiores riscos e vivencia uma realidade menos estável, principalmente pela ausência de laços organizacionais. Além disso, como a autoexpatriação implica tomada de decisão individual, tanto em termos financeiros como de direcionamento de carreira, autoexpatriados necessitariam de um planejamento anterior à viagem, uma vez que, nesse caso, mobilizam recursos próprios para a mobilidade (CERDIN; PARGNEUX, 2010).

A instabilidade vivenciada por autoexpatriados é corroborada também por outros estudos, a exemplo de Nardi (2015). A autora buscou identificar o perfil de autoexpatriados que procuram trabalho em outro país, e considerou que esses são profissionais que vivem suas vidas calcadas em planos de curto prazo, não demonstrando preocupação com planejamentos para o futuro. Além disso, constatou a relevância das redes de relacionamento para os autoexpatriados, uma vez que os participantes de sua pesquisa mencionaram em seus relatos convites para trabalhar fora de seus países, tendo sido recebidos por pessoas que, de alguma

forma, tivessem ligação com eles. Ressalta, ainda, que “alguns entrevistados também citaram o fato de que quando decidiram buscar uma nova experiência acionaram alguns contatos e através destes conseguiram aquilo que buscavam” (NARDI, 2015, p. 92). Compreende-se que autoexpatriados, ainda que contem com certa rede de relacionamentos, conforme destacou Nardi (2015), ilustram modos de viver relativos à sociedade líquido-moderna, em especial, no que diz respeito a aderência à “uma cultura de desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento” (BAUMAN, 2007, p. 86).

O tempo de permanência de autoexpatriados no exterior pode variar de acordo com os objetivos iniciais ou de questões decorrentes da mobilidade internacional. Segundo estudo de Cao, Hirschi e Deller (2013) autoexpatriados são propensos a permanecer no país de acolhimento na medida em que conseguem se integrar em termos sociais e culturais. Os autores mencionam ainda a possibilidade dos autoexpatriados partirem para um segundo país após a primeira viagem, depois para um terceiro e assim sucessivamente, perdurando em movimento, desprovidos de residência permanente.

Sobre a permanência definitiva em outro país, Al Ariss e Özbilgin (2010, p. 276, tradução nossa) esclarecem que

a diferença entre autoexpatriados e trabalhadores imigrantes muitas vezes permanece implícita na literatura e eles aparecem como mutuamente excludentes. Ambas as formas de expatriação são, na verdade, não tão distintas; muitos autoexpatriados ficam de forma permanente e, portanto, tornam-se imigrantes.

Al Ariss e Özbilgin (2010) sinalizaram que a literatura de autoexpatriação apresenta três problemas substanciais: 1) ignora experiências de expatriação dos indivíduos de países em desenvolvimento e grupos minoritários que experimentam níveis mais elevados de discriminação étnica, desvantagem e exclusão; 2) não consegue discutir desigualdades de gênero; 3) não explora a natureza interligada das diferentes vertentes de autoexpatriados.

Com base nesses três pontos levantados, os autores propõem um estudo justamente para suprir a carência constatada na literatura. Constataram a subutilização de autoexpatriados oriundos de países pouco desenvolvidos, que enfrentam barreiras significativas relativas a políticas e processos de integração, e também da mão de obra feminina, uma vez que as mulheres seriam prejudicadas com relação a oportunidades e remuneração se comparadas aos homens que ocupam a mesma posição. Mulheres ainda enfrentam o machismo e a misoginia, fato que pode invisibilizá-las e submetê-las a trabalhos precários em determinados países (AL ARISS; ÖZBILGIN, 2010).

Do ponto de vista teórico, ressaltam que os estudos de expatriação são severamente criticados por considerarem as carreiras dos expatriados como dependentes somente da gestão organizacional, e os estudos sobre autoexpatriados, por sua vez, precisam de cautela para não atribuir somente ao indivíduo a responsabilidade pela mobilidade internacional. Múltiplos aspectos podem interferir nesse fenômeno, como, por exemplo, relações entre indivíduos, mercado de trabalho, país de destino, gênero, entre outros, a serem considerados quando se fala em autoexpatriação (ARISS; ÖZBILGIN, 2010).

Com o objetivo de melhor compreender os desafios enfrentados por indivíduos que circulam entre diferentes países, Freitas e Dantas (2011, p. 606) ponderam as questões que influenciam na percepção de nativos com relação aos indivíduos estrangeiros.

A maneira como um estrangeiro é recebido por um novo grupo dependerá de uma série de fatores, entre os quais sublinhamos: a percepção que o grupo tem de sua utilidade, a imagem que o grupo tem sobre o seu país, as razões e as condições de sua inserção no grupo, bem como os privilégios que os membros do grupo estão dispostos a repartir.

Em um dos raros estudos de autoexpatriação que abordam gênero, Myers e Pringle (2005) constataram diferenças significativas entre homens e mulheres no que diz respeito a assumir o risco de uma experiência no exterior sem acompanhantes. Segundo as autoras, as mulheres entrevistadas mencionaram que os relacionamentos, a fuga do tédio e a procura de empregos foram os principais motivos para assumirem a autoexpatriação. Por outro lado, os homens dizem que partiram em busca de exploração e aventura. Afora isso, as mulheres viajaram para diversos países e buscaram experiências relacionadas às ocupações que tinham anteriormente, enquanto os homens tiveram experiências diversas de suas ocupações anteriores e de curta duração. As autoras concluíram que a autoexpatriação proporcionou para as mulheres o amadurecimento e crescimento pessoal e maior propensão a assumirem novas autoexpatriações após a primeira experiência.

Em meio aos estudos relativos à autoexpatriação, destaca-se o de Suutari e Brewster (2001). Os autores exploraram as características de homens e mulheres finlandeses (as) autoexpatriados (as) e depreenderam a existência de seis grupos: jovens oportunistas, caçadores de empregos, oficiais, profissionais localizados, profissionais internacionais e casais de dupla carreira. Os autores esclarecem que os grupos se sobrepõem entre si, dado que alguns dos entrevistados atenderam às características de duas ou mais subdivisões. A seguir, encontra-se o Quadro 1, elaborado a fim de facilitar a compreensão dos achados de Suutari e Brewster (2001).

Quadro 1 - Caracterização dos seis grupos vislumbrados por Suutari e Brewster (2001)

Grupo	Principais características
Jovens oportunistas (<i>Young opportunists</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens com idades inferiores a 30 anos. • Vivenciam um período prolongado de viagem no exterior, proporcionado pelo intercâmbio. • Estão em uma fase precoce de suas carreiras. • Trabalham, predominantemente, em posições de classe média. • Consideram que a autoexpatriação vislumbraria oportunidades ao retornarem ao país de origem.
Caçadores de empregos (<i>Job seekers</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Antes da autoexpatriação, estavam desempregados ou insatisfeitos com suas carreiras na Finlândia. • O país passou por problemas econômicos na década de 1990, fato que contribuiu para a elevação das taxas de desemprego e consequentes buscas de trabalho fora do país. • Consideram os benefícios financeiros mais importantes do que o desenvolvimento profissional proporcionado pela mobilidade internacional. • Foram otimistas quanto a encontrarem oportunidades de trabalho no retorno ao país de origem.
Oficiais (<i>Officials</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • São indivíduos que trabalham representando organizações governamentais, como a União Européia (UE) e a Organização das Nações Unidas (ONU). • Como as organizações internacionais têm operações limitadas na Finlândia, esses trabalhadores necessitaram abandonar seus países de origem para cumprirem missões às quais foram designados.
Profissionais localizados (<i>Localized professionals</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Decidiram permanecer no exterior durante um longo período de tempo após terem sido expatriados por organizações. • Procuraram outros trabalhos para permanecerem no exterior e não tinham planos de retorno à Finlândia. • Entre as razões que contribuíram para a decisão de ficar no exterior estão a preferência pelo ambiente local, melhores perspectivas de carreira ou relacionamento pessoal.
Profissionais internacionais (<i>International professionals</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Abrange profissionais com longa experiência de trabalho em ambiente internacional. • Não objetivam a construção de carreira em uma só empresa, portanto mudam de trabalho conforme as oportunidades que lhes são oferecidas. • Embora não correspondam à definição tradicional de expatriado, uma vez que não são enviados ao estrangeiro por seus empregadores, seus pacotes de benefícios equivalem-se aos de expatriados organizacionais.
Casais de dupla carreira (<i>Dual career couples</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • A motivação para a procura de trabalho no exterior é a expatriação do outro membro do casal. • Há uma grande proporção de casais finlandeses trabalhando em outros países da Europa, e o número de casais com dupla carreira tende a crescer mundialmente.

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir do estudo de Suutari e Brewster (2001).

Infere-se, por meio das informações contidas no Quadro 1 e através dos demais estudos, a coexistência de diferentes perfis de indivíduos que podem ser considerados autoexpatriados. Um olhar mais atento, entretanto, possibilita dizer que eles potencializam a proatividade considerada indispensável ao processo de mobilidade internacional. A autoexpatriação transcende profissões tradicionais, e diz respeito também às inexploradas, aos intercâmbios estudantis, ao voluntariado de projetos sociais internacionais, aos casais de dupla

carreira, entre outros. Propõe-se, assim, a adoção de uma definição que contemple mais amplamente a busca por formação ou trabalho no exterior, a fim de visibilizar e possibilitar estudos ainda incipientes, sem qualquer distinção social, étnica ou profissional. As características apontadas para esses profissionais, permitem supor sua correspondência com aqueles que vivem uma vida líquida, sempre em movimento, de modo que “as alternativas são: modernizar-se (ir em frente, praticando o desapego), ou perecer dentro da ‘lata de lixo’”. (BAUMAN, 2007, p. 9)

Do referencial teórico disponível, depreendeu-se que os estudos sobre autoexpatriação estão, em grande parte, ou centrados na discussão do termo, ou na comparação com os expatriados dito tradicionais, ou na análise da trajetória profissional de autoexpatriados. Sendo assim, como base para a definição proposta, consideraram-se adequados os conceitos expostos a seguir, que contemplam espaços lisos e estriados (DELEUZE; GUATTARI, 1997), por onde transitariam os autoexpatriados, e os processos de subjetivação aos quais estariam submetidos, sendo esses a territorialização, desterritorialização e reterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1997; GUATTARI; ROLNIK, 1996) associados à perspectiva da sociedade líquido-moderna (BAUMAN, 2007).

2.2 Territorialização, desterritorialização e reterritorialização

Os seres vivos se articulam entre os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, também entendidos por Guattari e Rolnik (1996) como modos de subjetivação.

Em um dos extremos, é ao medo da desterritorialização que sucumbimos, nos enclausuramos na simbiose, nos intoxicamos de familiarismo, nos anestesiados a toda sensação de mundo – endurecemos. No outro extremo – quando já não conseguimos resistir a desterritorialização, e mergulhados em seu movimento, tornamo-nos pura intensidade, pura emoção de mundo – outro perigo nos espreita. Fatal agora pode ser o fascínio que a desterritorialização exerce sobre nós: ao invés de vivê-la como uma dimensão – imprescindível – da criação de territórios, nós a tomamos como uma finalidade em si mesma. E, inteiramente desprovidos de territórios, nos fragilizamos até desmanchar irremediavelmente. Entre esses dois extremos, ou essas diferentes maneiras de morrer, ensaiam-se, desajeitadamente, outros jeitos de viver. E todos esses vetores da experimentação coexistem muitas vezes na vida de uma mesma pessoa (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 284).

Tais termos, tratados inicialmente por Deleuze e Guattari (2010, p. 327) em “Anti-Édipo”, remetem à ideia de deslocamento oscilante entre o “movimento pelo qual a produção desejante não pára de transpor o limite, de se desterritorializar, de provocar a fuga dos seus

fluxos e de passar o limiar da representação” e, por outro lado, “do movimento pelo qual o próprio limite é deslocado e passa então para o interior da representação que opera as reterritorializações artificiais do desejo”. Segundo esse entendimento, portanto, os territórios podem ser relativos tanto a espaços vividos como a sistemas percebidos, como, por exemplo, a ideia de sentir-se em casa em algum lugar, que recriam o mundo pela própria ressignificação e simbolização de seu espaço-tempo, e é segundo eles que os seres se articulam, organizam, e delimitam uns aos outros (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

É por meio da desterritorialização que se abandona o território. Esse território pode ser imediatamente recomposto através da reterritorialização. Ou tudo acontece ao mesmo tempo. Qualquer coisa tem potencial para fazer valer a reterritorialização, isto é, “o território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho, sobre um sistema [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224).

Em “O que é filosofia?” a discussão é retomada e Deleuze e Guattari reforçam a necessidade de compreensão da formação e dos vetores de territorialização. Segundo eles, é preciso perceber como cada pessoa, “em toda idade, nas menores coisas, como nas maiores provações, procura um território para si, suporta ou carrega desterritorializações, e se reterritorializa quase sobre qualquer coisa, lembrança, fetiche ou sonho” (DELEUZE; GUATTARI, 1992). Os sistemas percebidos, mencionados por Guattari e Rolnik (1996), são, portanto, referentes a qualquer coisa que traga a sensação de recomposição.

Considera-se que a sociedade líquido-moderna – onde é levada à frente a vida líquida – é o cenário onde acontecem constantes movimentos de desterritorialização e reterritorialização, uma vez que se compreende como aquela em que o indivíduo é impelido a mover-se com fluidez, a experimentar e adotar novas características com desenvoltura, a desviar dos obstáculos com destreza, a viver o tempo fragmentado no aqui e agora, e a dismantelar qualquer certeza sobre o futuro (BAUMAN, 2007). O autor adotou os termos “fluidez” e “liquidez” metaforicamente para explicar a natureza dos tempos contemporâneos. “A velocidade do movimento e o acesso a meios mais rápidos de mobilidade chegaram nos tempos modernos à posição de principal ferramenta do poder e da dominação”, afirmou Bauman (2001, p. 16).

Questões que abarcavam projetos de vida duradouros, hoje versam sobre um tempo limitado e dismantelado no que diz respeito à tomada de decisões. Territorializar, desterritorializar e reterritorializar, portanto, são movimentos cada vez mais frequentes e corriqueiros da vida vivida na sociedade líquido-moderna.

Diante desse contexto, o indivíduo com plena responsabilidade sobre o seu destino vê potencializadas em si as sensações de ignorância a respeito do futuro, e de impotência para interferir sobre o que irá acontecer. Para Bauman (2007, p. 194-195), na sociedade essencialmente marcada pelo individualismo “a esperança de atingir um equilíbrio aceitável entre liberdade e segurança, as duas condições *sine qua non* da sociedade humana, não imediatamente compatíveis, mas igualmente cruciais, precisam ser colocadas no centro do esforço do repensar”.

A elucidação da liberdade de um indivíduo para movimentar-se pode ser concebida ao considerar a analogia de Deleuze e Guattari (1997) sobre o jogo de xadrez e o jogo de go¹. O jogo de xadrez é aquele em que cada peça tem uma função específica, que determina o movimento e o poder de ação. Não se ganha um jogo de xadrez aniquilando todas as peças do adversário de uma vez só, e sim peça a peça, em um movimento diacrônico. O go, por sua vez, oferece liberdade suficiente de forma que “o movimento torna-se perpétuo, sem alvo nem destino, sem partida nem chegada” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 14), ao contrário do xadrez que limita o movimento a um espaço delimitado e fechado, em que a peça vai de um ponto a outro.

Para os autores, o go, enquanto jogo de disputa por territórios, procede de acordo com movimentos de territorialização e desterritorialização, ao passo que o xadrez codifica e descodifica o espaço. O go representa um espaço “liso”, enquanto o xadrez figura o espaço “estriado”. Os nômades agem tal qual o jogo de go, indo de um lugar para outro, isentos de um movimento de início ou fim, em um espaço liso e fluído, sem saber de antemão qual será a próxima parada. “O nômade, ao tecer, ajusta a vestimenta e a própria casa ao espaço exterior, ao espaço liso aberto onde o corpo se move” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 181).

Todavia, Deleuze e Guattari (1997) ressaltam que um espaço liso pode facilmente estriar-se, assim como um espaço estriado pode tornar-se liso, adotando assim a mesma lógica do rizoma em que tudo se passa com somatórios de e/e. Não somente um espaço liso ou um espaço estriado como antagônicos, mas sim um espaço liso E um espaço estriado que não param de ser traduzidos, transvertidos em um outro espaço. “O que ocupa o espaço liso são as intensidades, os ventos e os ruídos, as forças e as qualidades tácteis e sonoras, como no deserto, na estepe, ou no gelo” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 214).

¹ O Go, *Weiqi* ou *Baduk* é um jogo de tabuleiro de origem japonesa e reconhecido por envolver grande capacidade estratégica. Geralmente é feito de madeira, com 19 linhas intercaladas por outras 19 linhas. Diferentemente dos jogos populares no Ocidente, o Go tem suas casas posicionadas na interseção entre as linhas que formam os quadrados, e não nos próprios quadrados. As peças são adicionadas ao tabuleiro e não são movimentadas no decorrer do jogo. O jogo deve ser feito de modo a obter o máximo de território para si, e ao mesmo tempo posicionar-se de modo a se defender (impedindo que venha a ser capturado).

Segundo os autores, o mar pode ser o arquétipo do espaço liso, um espaço libertador, e é nesses espaços “que a luta muda, se desloca, e que a vida reconstitui seus desafios, afronta novos obstáculos, inventa novos andamentos, modifica os adversários (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 214)”. É inconcebível pensar que os espaços seriam libertadores (lisos) ou totalmente seguros (estriados) por suas limitações.

O estriado é o espaço sedentário e instituído pelo aparelho de Estado, e pode transformar-se constantemente e ser revertido a um espaço liso. Os autores citam a cidade como um espaço estriado por excelência. A cidade seria a força de estriagem que libera espaços lisos, combinando liso e esburacado: favelas móveis, temporárias, de nômades.

Ao contrário da cidade antiga, circunscrita por muralhas, a cidade contemporânea “se caracteriza pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios” (ROLNIK, 2001, p. 9). Rolnik (2001) considera que caídas as muralhas, o espaço agora é ocupado por cidades-mundo, expandidas, reorganizadas e polos de atração para pessoas que vendem suas forças de trabalho.

Tendo esse cenário como horizonte, a abordagem dos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização articulados com a perspectiva da sociedade líquido-moderna permite dotar a autoexpatriação de um corpo teórico-conceitual renovado e necessário para entender a complexidade do mundo contemporâneo. Como dizem Haesbaert e Bruce (2009, p. 3) “há muitas pontes a serem construídas sob a inspiração da desterritorialização deleuze-guattariana, incluindo sem dúvida a possibilidade de reconstruí-la, recriá-la, reconduzindo-a por outros caminhos”.

3 Autoexpatriação à luz dos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização

Argumenta-se que autoexpatriados podem ser desterritorializados ao abandonarem o território, em uma perspectiva de linha de fuga, e reterritorializados no momento que aderem a um outro modo de vida em outro país, por vezes cientes de que ali não permanecerão estacionados.

A desterritorialização, dessa forma, está conectada a uma subsequente reterritorialização, e essa oscilação pode permanecer constante na vida de autoexpatriados. Pensar quais são os componentes que territorializam, desterritorializam e reterritorializam os

autoexpatriados se mostra instigante. Segundo Deleuze e Guattari (1997) os nômades são os desterritorializados por excelência.

O nômade não tem pontos, trajetos, nem terra, embora evidentemente ele os tenha. Se o nômade pode ser chamado de o desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz depois. Para o nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização. É a terra que se desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade aí encontra um território. A terra deixa de ser terra, e tende a tornar-se simples solo ou suporte. A terra não se desterritorializa em seu movimento global e relativo, mas em lugares precisos, ali mesmo onde a floresta recua, e onde a estepe e o deserto se propagam (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 56).

Tais movimentos podem ser vislumbrados na vida de autoexpatriados, que, via de regra, permanecem em constante movimentação internacional. Embora possam contar com certo planejamento, esses trabalhadores tendem a adotar mobilidade constante, à exemplo dos autoexpatriados citados por Cerdin e Pargneux (2010). Portanto, quando se acostumam aos lugares, às pessoas, linguagens, mudam para outro país, e assim vivenciam outros territórios. Nesse contexto, podem ser constatados os movimentos de desterritorialização, na necessidade de abrirem mão da vida que tinham, e reterritorialização, no encontro de apoio e acolhimento de alguma forma que ocasiona o sentimento de estar em casa novamente, embora em um lugar diferente, e cientes de próximos movimentos.

Zourabichvili (2004, p. 24) destaca em seu livro o entendimento deleuzeano sobre os desdobramentos da desterritorialização. “Não se abandona o que se é para devir outra coisa (imitação, identificação), mas uma outra forma de viver e de sentir assombra ou se envolve na nossa e a ‘faz fugir’”, diz ele. Assim, considera-se que, ao se movimentarem, os autoexpatriados não abandonam, necessariamente, o que são, inexistindo uma desterritorialização completa.

Por vezes, há mobilidade geográfica constante e o indivíduo permanece imutável, situação identificada entre modelos de moda expatriados. A fala de um modelo que compara sua vida a uma bolsa de viagem, remete à vida que é sempre a mesma e transportada por ele a diferentes destinos (PRESTES; GRISCI, 2016). Ao adotar a lógica da velocidade e da mobilidade em que o modelo vai de um lugar a outro conferindo à sua vida o status de uma mala, o estilo de vida aproxima-se da ideia de Bauman (2007, p. 10) de que as chances de sucesso pertencem às “pessoas que se consideram em casa em muitos lugares, mas em nenhum deles em particular” e estão preparadas diante da “aquiescência à desorientação,

imunidade à vertigem, adaptação ao estado de tontura, tolerância com a falta de itinerário e direção, e com a duração indefinida da viagem”.

Os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, segundo Deleuze e Guattari (1992, 1997), não sendo decorrentes necessariamente da mobilidade geográfica, podem decorrer, por exemplo, de sentimentos. A exemplo disso, a desterritorialização pode evidenciar-se através de objetos de pânico e do não reconhecimento da descontinuidade dos contornos (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Admite-se, portanto, que os autoexpatriados tanto podem não serem desterritorializados ao longo de toda viagem que fazem, como podem ser reterritorializados de diversas formas ao desembarcarem nos diferentes países de destino. Uma casa, um amigo, um hábito, uma rotina, são formas possíveis de reterritorialização.

As diferentes possibilidades de reterritorialização na autoexpatriação se mostrariam condizentes com a afirmação de Freitas e Dantas (2011, p. 602), de que “a experiência de ser estrangeiro varia não apenas de pessoa para pessoa como também em função das condições e das razões que motivaram sua inserção num território ‘estranho’”. Especificidades próprias dos indivíduos, dos seus hábitos e de suas ocupações podem influenciar nas tentativas de recomposição de territórios engajados em processos desterritorializantes.

Dizem Deleuze e Guattari (1992, p. 141) que o estrangeiro e o nativo se confundem em seus movimentos de territorialização.

A desterritorialização e a reterritorialização se cruzam no duplo devir. Não se pode mais distinguir o autóctone² e o estrangeiro, porque o estrangeiro se torna autóctone no outro que não o é, ao mesmo tempo que o autóctone se torna estrangeiro a si mesmo, a sua própria classe, a sua própria nação, a sua própria língua: nos falamos a mesma língua, e, todavia, eu não entendo você.... Tornar-se estrangeiro a si mesmo, e a sua própria língua e nação.

A partir desse entendimento, posto que “as intensidades se distribuem no espaço ou em outros sistemas que não precisam ser espaços externos” (DELEUZE, 1998, p. 102), diferentes formas de desterritorialização podem ser imaginadas. Ao lermos um livro que gostamos, ouvirmos músicas que nos tocam, ou, ainda, cozinarmos algo que desencadeie uma combinação de afetos como amor, saudade, admiração, orgulho, podemos ter a sensação de passar por emoções sem que algum deslocamento geográfico tenha acontecido.

² Segundo o Dicionário Michaelis de Língua Portuguesa a palavra autóctone significa aquele que é natural do país em que se habita. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=aut%F3ctone>>. Acesso em 30 nov. 2015.

Considera-se que o que configura a desterritorialização existencial não se limita unicamente ao desejo de mudança. Se os territórios são formados por agenciamentos de desejos e de enunciados, é a combinação desses que configura a desterritorialização, de forma que jamais nos desterritorializamos sozinhos (DELEUZE; GUATTARI, 1992), ou por meio de desejos isolados.

Haesbaert e Bruce (2009) imaginam um músico para explicar o agenciamento de desejos. “Por exemplo [...] um músico não deseja apenas um bom instrumento, ele quer harmonia, sonoridade, uma plateia, um lugar, etc.” (HAESBAERT; BRUCE, 2009, p. 5). Digamos que, hipoteticamente, esse músico decidisse morar e trabalhar em outro país. Dada a mudança espacial, ele poderia continuar desejando a qualidade dos instrumentos, os espectadores, o cenário, etc. assim como desejava no seu país de origem. Analisando essa situação de trabalho, se ele encontra esse agenciamento de desejos no país de destino, entende-se que a desterritorialização foi relativa, no tocante à mudança de país. Esse é um exemplo de não coincidência de territórios, considerando que o contexto de trabalho do músico permaneceu inalterado.

4 Considerações Finais

Considera-se que os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização apresentam potencial para compreensão da autoexpatriação. Deleuze e Guattari vislumbraram através desses conceitos “importantes ferramentas para o entendimento não apenas das questões filosóficas, mas também das práticas sociais e na construção de um efetivo projeto político de libertação dos desejos, dos corpos, da arte, da criação e da produção de subjetividade” (HAESBAERT; BRUCE, 2009, p. 3).

Toma-se a territorialização, desterritorialização e a reterritorialização como processos concomitantes e fundamentais para compreender as implicações da mobilidade internacional para os indivíduos autoexpatriados. Os seus componentes, suas intensidades, seus agenciamentos, e suas possibilidades, como dizem Deleuze e Guattari (1992; 1997) despontam como continuidade de pesquisa e avanço na literatura encontrada sobre autoexpatriação.

Como e em que momento de suas vidas são desterritorializados os autoexpatriados? Como vivenciam os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização? A partir de que elementos recompõem seus territórios? O que é que vai lhes devolver um equivalente de território, como valendo um lar? Quais as implicações dos movimentos de

desterritorialização e reterritorialização às suas vidas e aos seus trabalhos? Essas são algumas questões que afloram a partir da aproximação com os conceitos, e poderão vir a ser perseguidas em futuros estudos.

O objetivo do presente estudo centrou-se na ampliação da compreensão da autoexpatriação, de forma que o libertasse de limitação étnica, racial, social ou profissional. Para além disso, a pretensão foi de pensar em possíveis implicações da mobilidade geográfica à mobilidade existencial. Estudos sobre trabalho e subjetividade podem ser enriquecidos a partir da compreensão da autoexpatriação à luz dos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Uma vez que a literatura *mainstream* na Administração estaria mais direcionada para a mobilidade laboral e geográfica, pensar sobre os desejos, os corpos, a arte, a criação e a produção de subjetividade amplia o pensamento acerca do trabalho e abre espaço para reconstruí-lo por meio dessas referências.

Propõe-se, portanto, que a autoexpatriação remete ao fenômeno que engloba indivíduos que partem para um país diferente do seu de origem, com motivações iniciais diversas que podem sofrer modificações em decorrência da própria autoexpatriação. Em decorrência da mobilidade, abandonam e recuperam seus territórios, vivenciando constantemente os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Autoexpatriados diferenciam-se, portanto, de expatriados, por aderirem à mobilidade não necessariamente por motivos de trabalho e intermediação de uma organização; e de imigrantes, pela mobilidade constante que por vezes assumem por vontade própria ou decorrente de especificidades da profissão. Afora isso, os imigrantes são vistos como tal na perspectiva do país que os recebem, e o termo autoexpatriado independe de origem ou destino.

REFERÊNCIAS

AL ARISS, A.; CROWLEY-HENRY, M. Self-initiated expatriation and migration in the management literature: Present theorizations and future research directions. **Career Development International**, v. 18, n. 1, p. 78-96, 2013.

AL ARISS, A.; ÖZBILGIN, M. Understanding self-initiated expatriates: Career experiences of Lebanese self-initiated expatriates in France. **Thunderbird International Business Review**, v. 52, n. 4, p. 275-285, 2010.

ARAUJO, B. F. V. B.; TEIXEIRA, M. L. M.; CRUZ, P. B.; MALINI, E. Adaptação de expatriados organizacionais e voluntários: similaridades e diferenças no contexto brasileiro. **Revista de Administração**, v. 47, n. 4, p. 555-570, 2012.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

BLACK, J. S.; GREGERSEN, H. B. The right way to manage expats. **Harvard Business Review**, 1999. Disponível em: <<http://hbr.org/1999/03/the-right-way-to-manage-expats/ar/1>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BLACK, J. S.; MENDENHALL, M.; ODDOU, G. Toward a comprehensive model of international adjustment: An integration of multiple theoretical perspectives. **Academy of Management Review**. v.16, n. 2, p.291-317, 1991.

CALIGIURI, P. M. **Selecting expatriates for personality characteristics**: A moderating effect of personality on the relationship between host national contact and cross-cultural adjustment. *Management International Review*, v.40, n.1. 2000.

CAVUSGIL, S. T.; KNIGHT G.; RIESENBERGER, J. R. **Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson, 2010.

CAO, L.; HIRSCHI, A.; DELLER, J. The positive effects of a protean career attitude for self-initiated expatriates: Cultural adjustment as a mediator. **Journal of World Business**. v. 18, n. 1, p. 56-77, 2013.

CERDIN, J. L.; PARGNEUX, M. L. Career anchors: A comparison between organization-assigned and self-initiated expatriates. **Thunderbird International Business Review**, v. 52, n. 4, p. 287-299, 2010.

CERDIN, J. L. L'expatriation comme choix de carrière: comment faciliter son succès? **Revue Internationale de Gestion**, v. 36, n. 3, p.27-34, 2011.

CHELOTTI, M. C.; A dinâmica territorialização desterritorialização e reterritorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 15, 2013.

DAVOINE, E.; RAVASI, C.; CUDRÉ-MAUROUX, C. Pour une analyse dramaturgique des rôles du conjoint dans l'expatriation. **Revue internationale de psychosociologie**, v. 17, n. 43, p. 315-332, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, v. 5, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia 1**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 1992.

DOHERTY, N.; RICHARDSON, J.; THORN, K. Self-initiated expatriation and self-initiated expatriates: Clarification of the research stream. **Career Development International**, v. 18, n. 1, p. 97-112, 2013.

DOHERTY, N. Understanding the Self-initiated Expatriate: a Review and directions for future research. **International Journal of Management Review**. v. 15, n. 4, p. 447-469, 2013.

FREITAS, M. E. de. A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejamos nômades? **O&S**. v. 16, n. 49, p. 247-264, 2009.

FREITAS, M. E. de; DANTAS, M. O Estrangeiro e o Novo Grupo. **RAE**. v.51, n.6, Nov/Dez, p. 601-608, 2011.

FOUCAULT, M. **Isto não é um cachimbo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

HAESBAERT E. G.; BRUCE, R. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2009.

INKSON, K.; ARTHUR, M. B.; PRINGLE, J.; BARRY, S. Expatriate assignment versus overseas experience: Contrasting models of international human resource development. **Journal of world business**, v. 32, n. 4, p. 351-368, 1998.

JOLY, A. Alteridade: ser executivo no exterior. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 133 -142.

JUNG, S.; LEE, S.; GENTRY, J. W. The effects of acculturation on commitment to the parent company and the foreign operation. **International Business Review**. v.6, n.5, p. 519-535, 1997.

MACHADO, H. V.; HERNANDES, C. A. Alteridade, Expatriação e Trabalho: Implicações para a Gestão Organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 3, p. 53-73, 2004.

McCALL, M. J.; HOLLENBECK, G. P. **Desenvolvimento de executivos globais: as lições da experiência internacional**, trad. Zaida Maldonado. Porto Alegre: Bookman, 2003.

MCKENNA, S.; RICHARDSON, J. The increasing complexity of the internationally mobile professional: issues for research and practice. **Cross Cultural Management: An International Journal**. v. 46, n. 4, p. 307-320, 2007.

MYERS, B.; PRINGLE, J. K. Self-initiated foreign experience as accelerated development: Influences of gender. **Journal of World Business**, v. 40, n. 4, p. 421-431, 2005.

NARDI, L. **O perfil do profissional auto-expatriado e práticas de gestão de pessoas**. 2015. 112 f.. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração e Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NARDI, L.; BECKER, G. V. Profissionais sem Fronteiras: Ressignificação de sua Relação com o Trabalho?. In: XXXVIII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, Brasil. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014.

NUNES, L. H.; VASCONCELOS, I. F.; JAUSSAUD, J. **Expatriação de executivos**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PEREIRA, N. A.; PIMENTEL, R.; KATO, H. T. Expatriação e estratégia internacional: o papel da família como fator de equilíbrio na adaptação do expatriado. **Revista de Administração Contemporânea**, v.9, n.4, p. 53-71, 2005.

PRESTES, V. A.; GRISCI, C. L. I. Modelo de moda: trabalho imaterial e estratégia existencial consumista na expatriação. In: IX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Belo Horizonte, Brasil. **Anais...** Belo Horizonte, 2016

REGO, A.; CUNHA, M. P. **Manual de Gestão Transcultural de Recursos Humanos**. 1. ed. Lisboa: Editora RH, 2009.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

SARFATI, G.; FERLIM, M. M. Experiência internacional auto iniciada: executivos franceses no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 4, n. 1, p. 107-122, 2014.

SCHAFFER, M. A.; HARISSON, D. A.; GREGERSEN, H.; BLACK, J. S.; FERZANDI, L. A. You can take it with you: individual differences and expatriate effectiveness. **The Journal of Applied Psychology**. v. 91, n. 1, p.109-125, 2006.

SUUTARI, V.; BREWSTER, C. Making their own way: International experience through self-initiated foreign assignments. **Journal of World Business**, v. 35, n. 4, p. 417-436, 2001.

TANURE, B.; EVANS, P.; PUCIK, V. **A Gestão de Pessoas no Brasil: virtudes e pecados capitais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TONELI, M. J. F.; PERUCCHI, J. Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 39-47, 2006.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: IFCH-Unicamp, 2004. Disponível em: <<http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/wp-content/uploads/2010/05/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili1.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.